

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 06/05/2015

- [Entidades reafirmam posição contrária à redução da maioria penal](#)
- [CCJ aprova perda de bens usados na exploração sexual de crianças e adolescentes](#)
- [Escolas desconhecem lei que determina ensino de educação digital](#)
- [Crianças de seis meses já usam os smartphones e tablets, diz pesquisa](#)
- [Diagnóstico da Defensoria Pública convida profissionais para participar de pesquisa nacional](#)
- [Comissão promove debate denúncias de exploração sexual de crianças no Pará](#)
- [Comissão da Maioridade Penal realiza primeira audiência hoje](#)
- [Crianças participam de oficina de plantio de pau-brasil na CPRH](#)
- [Militares dos EUA serão investigados por abuso sexual contra crianças na Colômbia](#)
- [Campanha alerta para tráfico de crianças e adolescentes para exploração sexual](#)
- [Polícia Federal consegue deportação de foragido acusado de matar adolescente](#)

**Assunto: Entidades reafirmam posição contrária à redução da maioria penal**

**Fonte: Agência Brasil EBC**

**Data: 06/05/2015**



A Plenária Nacional dos Conselhos e dos Movimentos Sociais contra a Redução da Maioridade Penal de hoje (5) reuniu cerca de 70 entidades de diversas áreas, que se reafirmaram contrárias à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, que reduz a maioria de 18 para 16 anos. O evento contou com a participação do ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas.

Ele ressaltou que a redução não é a solução para a criminalidade no país e pode, ao contrário, representar uma piora para o problema. “Poderá agravá-lo na medida em que você coloca os adolescentes – inclusive que tenham cometido atos infracionais de baixa agressividade à população, dentro do sistema carcerário com adultos – colocando-os em contato com o crime organizado dentro dos presídios”, ressaltou.

O ministro disse que é preciso ter diálogo com a sociedade para desmistificar certos argumentos usados por quem defende a redução, como o de que há impunidade para crimes cometidos por menores. Ele lembrou que, para o adolescente que entra em conflito com a lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que ele cumpra medidas socioeducativas gradativas, conforme a gravidade do ato infracional cometido. Vargas lembrou também que o endurecimento de leis e penalidades já se mostraram insuficientes no combate à violência.

O debate foi organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Para a presidenta do Conanda, Angélica Goulart, o caminho não é a redução, mas sim fazer com que a juventude tenha acesso a direitos em locais que muitas vezes são dominados pelo tráfico de drogas e pelo crime organizado. “Como a política não chega, a gente não pode fazer o trabalho que deveria ser feito, de prevenção, para que os meninos e meninas estivessem incluídos na escola, tivessem um sistema de saúde, atendimento, assistência social apoiando na sua inclusão social”, destacou.

A representante do coletivo nacional Juventude Enegrecer e membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Dandara Tonantzin, reforçou que experiências de outros países mostram que a redução não tem efeitos positivos na diminuição da violência. “Hoje [temos] uma política que encarcera a juventude negra brasileira. A política de combate às drogas é uma política de guerra ao povo negro. Precisamos juntar forças progressistas para conseguir centralidade na agenda que aponte avanço social e superação dessas mazelas.”

Tâmara Terso, secretária executiva do Conjuve, ressaltou a necessidade de um diálogo maior com a sociedade. Segundo ela, o encarceramento da juventude negra não resolve a violência no Brasil. “[O que vai resolver] é a gente diminuir a vulnerabilidade desses jovens, tratar essa pauta da violência com uma enxurrada de direitos sociais, educacionais, e não com o direito penal.”

De acordo com ela, reunir todas as entidades que participaram da plenária era uma "tentativa de produzir uma agenda nacional de mobilização", debatendo a proposta de redução da maioria penal. As entidades vão acompanhar também a tramitação da matéria no Congresso.

**Assunto: CCJ aprova perda de bens usados na exploração sexual de crianças e adolescentes**

**Fonte: Agência Brasil EBC**

**Data: 06/05/2015**



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, hoje, em caráter conclusivo, projeto de lei do Senado que determina a perda de bens e valores usados na exploração sexual de crianças e adolescentes. Pelo texto, os recursos obtidos com esses bens e valores serão revertidos em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado onde ocorrer o crime.

A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que já prevê a cassação da licença de funcionamento do estabelecimento usado na exploração sexual de menores e pena de reclusão de quatro a dez anos, além de multa ao infrator. Como o texto aprovado na Câmara alterou o do Senado, o projeto retorna à Casa de origem para nova apreciação dos senadores.

Outro projeto aprovado hoje pela CCJ, também em caráter conclusivo, altera a Lei de Execução Penal para criar espaço exclusivo para a prisão de menores de 21 anos em estabelecimentos penais. A proposta será agora encaminhada à apreciação do Senado, caso não haja recurso para sua análise pelo plenário da Câmara. A lei atual assegura à mulher e ao maior de 60 anos o direito a estabelecimento próprio e adequado à condição pessoal.

**Assunto: Escolas desconhecem lei que determina ensino de educação digital**

**Fonte: Portal Andi**

**Data: 06/05/2015**



Pesquisa feita com 400 escolas paulistas mostra que a educação digital está fora do currículo dos alunos do ensino médio e fundamental, que as instituições de ensino não sabem o que é Marco Civil da Internet e que estão desinformadas sobre a obrigatoriedade da inclusão da educação digital no sistema educacional brasileiro. Os dados constam da primeira edição da pesquisa "Educação Digital nas Escolas Brasileiras" feita pela Fecomercio-SP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) e será apresentada nesta terça-feira (5) em um congresso realizado pelo Conselho de Tecnologia da Informação da entidade. Por meio de questionários, foram entrevistados 400 donos e diretores de escolas públicas e privadas, de ensinos fundamental e médio do Estado, para avaliar o nível do preparo dos dirigentes das escolas em relação ao uso de mídias sociais pelos alunos, os níveis de alerta e de conhecimento sobre cyberbullying e se existem escolas que já incorporaram em sua grade curricular a disciplina educação digital. "Um dos fatos que nos surpreendeu foi saber que 82% das escolas públicas permitem que professores sejam amigos virtuais e mantenham contato com seus alunos em redes sociais e grupos de Whatsapp. O professor mantém maior contato. Já nas escolas privadas são 76,75%", diz o advogado Renato Opice Blum, presidente do conselho de TI da federação. Mas também chama a atenção, ressalta, que entre as que afirmaram permitir o contato somente 36,59% das escolas públicas informaram estipular regras claras sobre essa relação virtual. Nas instituições privadas, sete em cada dez (72,64%) disseram possuir regras de conduta. A pesquisa destaca ainda que metade dos dirigentes das escolas públicas informaram estar preparados para resolver os conflitos dos alunos ocorridos no ambiente virtual. Entre as escolas particulares, esse percentual é de 77,25%. Quando o assunto é ter planejamento de procedimentos a serem adotados se ocorrerem conflitos ou incidentes digitais envolvendo seus alunos, como cyberbullying e sexting (o ato de compartilhar mensagens de conteúdo sexual usando das tecnologias digitais com uma ou mais pessoas) 64,2% das escolas, na média, se dizem preparadas. Entre as públicas, esse percentual é de 55% e nas privadas, 66,5%.

**Assunto: Crianças de seis meses já usam os smartphones e tablets, diz pesquisa**

**Fonte: Portal Andi**

**Data: 06/05/2015**



Dizer que os pequenos já nascem sabendo usar celulares, smartphones e outros dispositivos móveis pode soar um tanto quanto exagerado, mas é exatamente o reflexo atual do desenvolvimento infantil. De acordo com um estudo americano, mais de um terço dos bebês já sabe “explorar” as possibilidades desses aparelhos eletrônicos antes mesmo de aprender a andar ou a falar. Já por volta do primeiro ano de vida, o tempo de uso dos aparelhos pelas crianças chega a uma hora por dia, aproximadamente. Esse comportamento é desencorajado pela Academia Americana de Pediatria, que defende que a exposição a mídias como televisão, computador, smartphone e tablets deve se dar mais tarde, no fim da primeira infância. Para investigar o uso, os pesquisadores elaboraram um questionário específico para os pais de crianças de seis meses até quatro anos, com 20 perguntas sobre hábitos tecnológicos de cada família. O objetivo era descobrir quando foi a primeira exposição aos aparelhos, qual a frequência e o modo de utilização de cada item e se o pediatra da criança estava ciente da situação.

### **Uso indiscriminado**

Os resultados mostraram que mais de 95% das famílias possuem pelo menos um televisor em casa, enquanto 83% possuem tablets e 77% têm um smartphone. O acesso à internet também é um fator de destaque, já que 59% afirmaram ter conexão à rede em casa. Outro detalhe que chamou a atenção dos pesquisadores foi a idade das crianças, que com menos de um ano já estão expostas a alguma dessas mídias. De acordo com as respostas, 52% já assistiram a algum programa na televisão, 36% já tocaram ou “rolaram” a tela de um smartphone, 24% já fizeram uma ligação para alguém, 15% usaram algum aplicativo e 12% jogaram videogame. Os itens eletrônicos também têm um efeito calmante nos pequenos: 65% dos pais afirmaram que usam celulares e tablets para “distrair” a criança, enquanto 29% fazem proveito da tecnologia para adormecer os filhos com mais facilidade. Apenas 30% afirmaram que o pediatra das crianças tem conhecimento desse hábito em casa.

**Assunto: Diagnóstico da Defensoria Pública convida profissionais para participar de pesquisa nacional**

**Fonte:** Promenino

**Data:** 06/05/2015

Promenino



Uma pesquisa online, que pode ser preenchida de forma sigilosa, vai compor o IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil. Os profissionais têm até o dia 12 de junho para participar do estudo, com o objetivo de atualizar os dados sobre o perfil dos defensores públicos e o funcionamento das unidades em todo o país.

O projeto é resultado de uma parceria entre a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), o Ministério da Justiça, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

De acordo com Moema Freire, representante do programa do PNUD, “o eixo de acesso à justiça é essencial para que possamos promover o desenvolvimento humano e a garantia dos direitos humanos de forma geral, e por isso é tão importante para o PNUD trabalhar nessa área e ter essa parceria com a Secretaria de Reforma do judiciário, de forma a contribuir com o fortalecimento e a ampliação do acesso à justiça no Brasil”. Moema também ressalta o apoio da entidade à Defensoria Pública Nacional desde o primeiro diagnóstico, realizado em 2004.

A pesquisa abrange perguntas sobre o número de integrantes nas defensorias, áreas de atuação e perfil socioeconômico dos profissionais. O questionário não precisa ser preenchido em um único acesso – pode ser retomado quando o internauta desejar.

**Assunto: Comissão promove debate denúncias de exploração sexual de crianças no Pará**

**Fonte:** Agência Câmara

**Data:** 06/05/2015



A Comissão de Direitos Humanos e Minorias debate nesta quarta-feira (6) a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes na região do Marajó no Estado do Pará. O debate foi proposto pelo deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA).

Segundo o deputado, em 2014 foram abertos quatro inquéritos pela polícia civil do Pará para apurar denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes na região do Marajó (PA).

Segundo o parlamentar, os casos fazem parte da Operação Upiara III, coordenada pela Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Pará, que no período de setembro de 2012 a novembro de 2014 visitou as localidades de Chaves, Afuá, Anajás, Breves, entre outras localidades do Marajó.

Foram convidados:

- o ministro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas;
- a defensora pública federal, Rita Cristina de Oliveira Tomaz;
- o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA, Jarbas Vasconcelos;
- a diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Pará, delegada Simone Edoron Machado Araújo;
- o coordenador de Planejamento e Desenvolvimento de Ações pela Paz - Pro paz, Jorge Bittencourt;
- o bispo da Paróquia do Marajó, Dom José Ascona; e
- a representante da Comissão de Justiça e Paz, Irmã Henriqueta Cavalcanti.

O debate será realizado às 14 horas, no plenário 9.

<b>Assunto: Comissão da Maioridade Penal realiza primeira audiência hoje</b>
--

<b>Fonte: Agência Câmara</b>
------------------------------

<b>Data: 06/05/2015</b>
-------------------------



A Comissão Especial da Maioridade Penal (PEC 171/93) discute o assunto nesta quarta-feira (6) com o juiz da Vara Regional da Infância e Juventude de Recife, Humberto Costa Vasconcelos Júnior; e com o desembargador da 7ª Câmara Criminal de Justiça do Rio de Janeiro, Siro Darlan.

Ambos são contra a redução da maioridade. Em audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Siro Darlan disse que não há comprovação de redução da violência nos países que reduziram a maioridade penal. Já o juiz Vasconcelos Júnior, em debate no Tribunal de Justiça da Bahia, disse que a diminuição da maioridade não terá efetividade alguma. “O que precisamos é tirar o Estatuto da Criança e do Adolescente.”

Também foram convidados para o deputado estadual de São Paulo Coronel Telhada, que é ex-policia militar, é a favor da redução da maioridade.

“Eu quero ouvi todo mundo, contra e a favor”, avisa o relator da proposta, deputado Laerte Bessa (PR-DF). Essa é a primeira de uma série de audiências que a comissão pretende realizar.

Vasconcelos Júnior foi convidado a pedido do deputado Weverton Rocha (PDT-MA). Siro Darlan, a pedido das deputadas do PT Erika Kokay (DF) e Maria do Rosário (RS). O Coronel Telhada foi convidado por sugestão do deputado Guilherme Mussi (PP-SP). Já o deputado Osmar Terra será ouvido a pedido do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).

A PEC 171/93 reduz a maioridade penal de 18 anos para 16 anos. A proposta teve a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no mês passado, em meio a discussões e protestos.

**Assunto: Crianças participam de oficina de plantio de pau-brasil na CPRH**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 06/05/2015**

**jornal do  commercio**

Workshop foi ministrado pela Fundação Nacional do Pau-Brasil para alunos de escola na Zona Norte e funcionários da CPRH.



**Crianças aprenderam mais sobre árvore que deu nome ao País e plantaram mudas**

Alunos da Escola Nossa Senhora das Graças participaram, na manhã desta quarta-feira (06), de uma oficina de plantio de pau-brasil na Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), no bairro de Casa Forte, na Zona Norte do Recife. O workshop foi ministrado pela Fundação Nacional do Pau-Brasil. Durante o evento, que marcou a comemoração ao dia da árvore símbolo

do País, celebrado em 3 de maio, houve apresentação da Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque.

Considerada árvore nacional, o pau-brasil é uma espécie exclusiva da mata atlântica brasileira e está ameaçada de extinção. O evento reforçou a importância histórica, cultural e ambiental da espécie.

"Na CPRH existem três árvores dessa espécie que estavam depositando muitas sementes pelo chão. Resolvemos pegar essas sementes e fazer o plantio das mudas", explicou a presidente da Fundação Nacional do Pau-Brasil, Ana Cristina Roldão.

A pequena Milena Silva Santana, 5 anos, aluna do Jardim I, foi uma das crianças que participou da oficina. "Foi a primeira vez que plantei uma mudinha. Gostei muito. Aprendi mais sobre a história da plantinha", contou.

Além das crianças, funcionários do órgão também participaram da oficina. A programação também contou com a presença da Orquestra Criança Cidadã, que apresentou músicas regionais ao som de violino, instrumento fabricado a partir da madeira do pau-brasil.



**Cada criança plantou uma muda da árvore Pau-brasil, espécie ameaçada de extinção.**

De acordo com Ana Cristina Roldão, as mudas que foram plantadas serão cuidadas e, assim que crescerem, serão doadas para outros municípios. "Vamos doar para que as árvores sejam plantadas em praças das cidades", explicou.

**Assunto: Militares dos EUA serão investigados por abuso sexual contra crianças na Colômbia**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 06/05/2015**



Relatório afirma que, nos municípios de Melgar e Girardot, 53 menores de idade foram abusadas sexualmente por mercenários.

Autoridades colombianas pediram nesta terça-feira uma investigação sobre o suposto abuso sexual contra menores de idade por parte de militares dos Estados Unidos, conforme indica o relatório apresentado recentemente nas negociações entre o governo e as FARC em Cuba.

O relatório, publicado em fevereiro pelo historiador Renán Vega e intitulado "Ingerência dos Estados Unidos, contra-insurgência e terrorismo de Estado", afirma que nos municípios de Melgar e Girardot, centro do país, "53 menores de idade foram abusadas sexualmente por mercenários (dos Estados Unidos), que ainda as filmaram e venderam suas imagens como material pornográfico".

Diante dessas afirmações, Cristina Plazas, diretora do estatal Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF), pediu nesta terça-feira a seus subordinados uma "busca ativa dessas meninas e adolescentes que foram vítimas de abuso sexual nas mãos desses militares", informou o comunicado da entidade.

O relatório com as denúncias de Vega faz parte de um conjunto de 12 informes sobre o conflito armado realizados por historiadores de diversas tendências políticas, a pedido da mesa de negociações entre o governo de Juan Manuel Santos e a guerrilha Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que acontece em Havana, desde novembro de 2012.

No documento, Vega afirmou que "também em Melgar, um contratante e um sargento dos Estados Unidos violaram uma menina de 12 anos em 2007". A Defensoria Pública, que vela pelos direitos humanos na Colômbia, rejeitou essas acusações.

"Ao ser a pornografia infantil um delito de caráter transnacional, existem mecanismos suficientes para garantir justiça e evitar a impunidade, independentemente da imunidade diplomática que dos supostos responsáveis", afirmou a instituição em comunicado.

A Defensoria pediu para tomar conhecimento de quantos, dos casos mencionados, "foram investigados e em que etapa se encontram esses processos". Perto de Melgar e Girardot está uma das principais bases militares da Colômbia, a de Tolemaida, à qual contratantes e militares americanos têm acesso.

Washington impulsiona o multimilionário Plano Colômbia, implementado há 15 anos contra o narcotráfico e a guerrilha no país. No mês passado, a embaixada dos Estados Unidos em Bogotá insistiu em uma declaração escrita que "leva muito a sério qualquer acusação de conduta sexual inapropriada por parte de algum de seus funcionários".

**Assunto: Campanha alerta para tráfico de crianças e adolescentes para exploração sexual**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 06/05/2015



A Rede de Enfrentamento à violência sexual Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco lança nesta quarta-feira a Campanha do 18 de maio de 2015 - Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Pernambuco. A entrevista coletiva está marcada para as 9h, na sede do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA-PE), no bairro das Graças, no Recife.

Este ano, a iniciativa traz o tema “Tráfico de Crianças e Adolescentes pra fins de Exploração Sexual”, um fenômeno em expansão que, pelo caráter criminoso e velado, conta com poucas informações sobre o número de vítimas e a dinâmica de operação das redes que o mantêm. Estimativas apontam para números extremamente altos de seres humanos traficados pelas fronteiras internas e internacionais, chegando a quatro milhões por ano, de acordo com a Organização Internacional da Migração.

Peças publicitárias especialmente produzidas vão informar sobre as atividades que serão realizadas no Estado para refletir sobre o tema. Participam do lançamento representantes da Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, CEDCA-PE, entre outras instituições, que apresentarão informações sobre o que está sendo feito para combater o crime.

**Assunto: Polícia Federal consegue deportação de foragido acusado de matar adolescente**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 06/05/2015

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

Jorge Amauri Domingos Nascimento é acusado de arremessar adolescente nas águas do Rio Capibaribe, sem qualquer motivação. João Batista Rocha da Silva morreu afogado



**Após chegar ao Recife, o preso foi levado para o Cotel, onde permanecerá à disposição do Tribunal do Júri de Pernambuco.**

A Polícia Federal em Pernambuco, por meio da representação regional da Interpol e em conjunto com Interpol dos EUA e Justiça Pernambucana, conseguiu deportar para o Recife um ex-policial militar da rádio patrulha e campeão de alterofilismo foragido desde o ano de 1991. Jorge Amauri Domingos Nascimento, teve a prisão preventiva decretada por homicídio qualificado.

O homem, de 53 anos, é acusado de arremessar um adolescente de 13 anos, nas águas do Rio Capibaribe, sem qualquer motivação. João Batista Rocha da Silva morreu afogado. O crime aconteceu no dia 29 de maio de 1990.

De acordo com inquérito policial, na época Jorge já tinha antecedentes criminais e respondia a processos de roubo e formação de quadrilha. Segundo as investigações, o ex-PM avistou um menino de rua, tomou-lhe um recipiente e cola e o arremessou nas águas do rio. Na época, testemunhas e um alterofilista confirmaram a participação dele no crime.

A PF de Pernambuco lançou o nome do procurado na difusão vermelha (alerta lançado em sistema de todos os países de pessoas que são procurados pela polícia). O suspeito foi encontrado na cidade do Texas, EUA, onde havia se casado, sendo pai de dois filhos e trabalhando, mas sem conseguir a naturalização.

O foragido foi conduzido para o Brasil por policiais americanos do ICE - Polícia de Imigração e Alfândega dos EUA, que saíram do Texas no voo da American Airlines às 22h10 (horário do Texas), chegando ao Aeroporto de Guarulhos, São Paulo, no dia cinco de maio, sendo recepcionado por policiais federais de Pernambuco.

Após chegar ao Recife, o preso foi levado para o Instituto Médico Legal (IML), para exame de corpo de delito e em seguida foi conduzido para o Cotel, onde permanecerá à disposição do Tribunal do Júri de Pernambuco.

Em conversa informal com os agentes federais que realizaram a sua condução, Jorge declarou-se inocente das acusações, alegando ter como provar que no dia dos fatos não estaria no local do crime. Também negou que tivesse fugido do Brasil para os Estados Unidos por conta da decretação de sua prisão preventiva.

Esta já é segunda prisão realizada em Pernambuco, por gestões feitas, através de sua projeção (Interpol). O ano passado 2014 foram presos cinco estrangeiros procurados pela Interpol em Recife.